REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SINDICATO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO VINCULADAS AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DE PORTO ALEGRE, CANOAS, OSÓRIO, TRAMANDAI, IMBE, ROLANTE, ELDORADO DO SUL, GUAIBA, VIAMÃO E ALVORADA.

CNPJ nº 92.956.978/0001-40

EXERCÍCIO FINANCEIRO ENCERRADO EM 31/12/2016

Relatório sobre a revisão das informações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Aos Coordenadores e Conselheiros do Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura de Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada

Revisamos o Balanço Patrimonial do Sindicato do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e a respectiva Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e o balancete de verificação incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pelas informações prestadas. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil atendendo às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade: Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) nº 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem fins lucrativos.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

O objetivo deste relatório é o de prestar informações ao SINDICATO sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2016.

Uma revisão de informações contábeis consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente

menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas vigentes, aplicável à elaboração de informações contábeis.

Porto Alegre, 31 de agosto de 2017

SUPPORTI ASSESSORIA CONTÁBIL
CNPJ 26.558.222/0001-18

Marcia Paradiso
CRC/RS 065.939

Finalidade do Sindicato

O Sindicato representa os trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e tem como finalidades as previstas no Art. 4º do Título II do Estatuto registrado no 1º Cartório de Títulos e Documentos Pessoas Jurídicas de Porto Alegre/RS em 8 de novembro de 2016:

a) Reivindicar a permanente melhoria das condições de trabalho e remuneração;
b) Representar e defender administrativa, judicial e extrajudicialmente os servidores;
c) Congregar os trabalhadores ativos inativos da categoria, bem como pensionistas de servidores, e desenvolver a integração entre eles;
d) Implementar políticas e ações de promoção cultural, profissional, formação, cooperativa, de saúde, de lazer e de comunicação para seus sindicalizados;
e) Estabelecer relações com entidades congêneres;
f) Celebrar convenções e acordos coletivos;
g) Filiar-se a organizações de caráter sindical, sejam federativas, nacionais ou internacionais, desde que aprovada a filiação em Congresso do sindicato;
h) Defender as liberdades coletivas e individuais, a realização da justiça social, os direitos fundamentais do ser humano e o fim de toda e qualquer forma de discriminação, opressão e exploração.

Ênfases

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para os tópicos abaixo que estão relacionados aos aspectos administrativos e contábeis de controle da Entidade.

Organograma Administrativo do Sindicato

A Entidade não possui um organograma com a estrutura administrativa.

Recomendamos a elaboração de um organograma da Entidade para melhoria de sua organização estratégica, definição de responsabilidades e limites,

apresentação da composição hierárquica, tornando sua estrutura visível aos seus colaboradores, parceiros e associados.

Extratos Bancários

Examinamos os extratos bancários do Sindicato de 31/12/2016.

Os saldos existentes nas contas contábeis estão devidamente conciliados com os extratos bancários.

Os saldos das contas correntes Banco do Brasil c/c 300.904-1 e do Banco Itaú c/c 02565-0, R$ 3,13 e R$ 92,17 respectivamente, permaneceram com os saldos inalterados desde o encerramento do ano anterior, e para os quais os respectivos extratos bancários não foram localizados.

Créditos de Convênios (Convênios a Receber)

A conta de Convênios a Receber apresenta saldo em 31 de dezembro de 2016 de R$ 815.240,52 e refere-se a valores a receber dos associados pelas compras efetuadas nas lojas conveniadas e outros recebimentos de associados a prazo, exceto os valores de mensalidades.

A Entidade não possui um controle eficaz, com a abertura analítica que resulte em um saldo consolidado por associado dos valores a receber. Os controles estão no sistema do Setor Convênios, e a consulta é individual por associado. O controle em planilha eletrônica existe de forma segmentada sem representar o total de convênios a receber de forma consolidada.

Recomendamos que a Entidade desenvolva um controle via sistema e relatório analítico que apresente a composição dos valores a receber por associado, valores individuais e data de vencimento, com os montantes vencidos e vincendos.

O volume de inadimplência vem sofrendo acréscimos em relação aos anos anteriores, em 31/12/2016 esse volume estava em torno de 70% do saldo de convênios a receber.

Faz-se ainda necessária a criação de um sistema que que possibilite a análise do tempo em que o título está vencido para que seja feito um estudo para baixa dos valores que a Entidade venha a considerar como não recebível ou para que possa tomar medidas de cobrança.

Bens Patrimoniais

A Entidade não possui um Controle Patrimonial dos seus bens do imobilizado, nem da respectiva depreciação desses itens.

Fomos informados que um estudo para implantação de um sistema de controle patrimonial está em andamento.

As aquisições efetuadas no período foram lançadas no módulo contábil do Imobilizado pelo valor original de aquisição ou custo de construção.

Alguns valores que estavam inadequadamente contabilizados foram baixados e/ou reclassificados.

O critério para registro da depreciação dos bens para o ano de 2016 foi o de utilizar os mesmos valores contabilizados em 2014. Tal critério foi utilizado devido a impossibilidade operacional de gerar informações individuais por item do patrimônio.

Recomendamos que a Entidade efetue um inventário físico dos seus itens e bens patrimoniais a fim de respaldar corretamente as informações das demonstrações financeiras.

Os bens existentes devem ser identificados, etiquetados, numerados em relatório analítico, valorizados, e suportados por documentação suporte e idônea.

Da mesma forma as respectivas depreciações precisam ser calculadas.

Os bens em desuso, obsoletos, ou extraviados devem ser baixados do patrimônio mediante laudo de avaliação.

Livro Diário e Livro Razão

O livro Diário é obrigatório pela legislação comercial, e registra as operações da Entidade no seu dia-a-dia. Sua escrituração observa as Normas Brasileiras de Contabilidade.

O Livro Razão é obrigatório pela legislação comercial e tem a finalidade de demonstrar a movimentação analítica das contas escrituradas no diário e constantes do balanço.

O registro do Livro Diário deve ser efetuado anualmente no órgão competente.

A Entidade efetuou o último registro de Livro Diário em 2003 e desde então mais nenhum outro livro foi registrado.

Os Livros Contábeis dos anos de 2015 e de 2016 estão impressos, encadernados e assinados, entretanto para o registro dos mesmos se faz necessário o registro dos livros anteriores, pois deve ser seguida a ordem numérica e cronológica, ou seja, quando os livros mais antigos forem registrados.

Não há necessidade de registro do Livro Razão, mas o mesmo deve conter ritos e formalidades para impressão (termo de abertura e encerramento, a assinatura do contabilista e do responsável pela empresa).

Recomendamos a adequação do registro dos Livros Diários no órgão competente - o Registro Civil de Pessoas Jurídicas - do local da sua sede, de forma que os mesmos atendam as exigências legais da forma de escrituração, além das assinaturas do representante legal e de contador habilitado.

Fomos informados que os Livros Diários de 2010, 2011 e 2012 não foram localizados.

A partir de 01/01/2016 a Entidade passou a enviar as informações contábeis e fiscais através de arquivos eletrônicos do sistema Sped - Sistema Público de Escrituração Digital — Receita Federal.

Provisões para Contingências

A Entidade não possui um controle ou relatório que apresente os processos trabalhistas, cíveis, fiscais em que é ré. Tal relatório ou planilha pode ser fornecido por advogado ou escritório de advogados que represente o Sindicato perante as ações.

Recomendamos que o Sindicato providencie junto aos seus advogados próprios ou terceirizados um controle que liste as demandas judicias, valores envolvidos e as chances de êxito, dessa forma será possível à Entidade

avaliar a necessidade de constituir uma provisão contábil para perdas com demandas trabalhistas, cíveis, entre outras.

Receitas diferidas (Fundo de Greve)

Conforme está previsto no Estatuto da Entidade no mínimo 5% (cinco por cento) das mensalidades serão destinados para a constituição de Fundo de Greve, a ser depositado em conta específica para este fim - Conta de Aplicação Financeira Banco do Brasil 300.012 (Fundo de Greve).

A aplicação em fim diverso deste somente poderá ser feita se autorizado expressamente por Assembleia Geral de Sócios.

Até o presente momento, quando da ocorrência da greve, vai ' se fazendo o resgate dos valores (da aplicação para a conta corrente) a medida da necessidade e os pagamentos acontecem na conta geral. Esses registros foram contabilizados ao resultado pelo regime de competência.

Outros Assuntos

Auditorias realizadas em anos anteriores

A Entidade contratou os serviços de auditoria contábil que realizou o exame da documentação suporte e registros contábeis dos exercícios financeiros de 2008 a 2014. O produto deste trabalho consta no Relatório de Auditoria datado de 02 de outubro de 2015.

Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União

Conforme Certidão Negativa de Débitos a Entidade não possui pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Tal certidão refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

Esta certidão tem validade até 07/02/2018.

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

A Entidade encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Esta certidão tem validade de 18/08/2017 a 16/09/2017.

Relatório de Situação Fiscal e Relatório Complementar de Situação Fiscal

Conforme relatórios da a situação fiscal e relatório complementar emitidos em 11/08/2017 no sitio da Receita Federal, não foram detectadas pendências nos controles da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como não foram detectadas pendências/exigibilidades suspensas complementares nos controles da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Recomendamos que essa consulta seja efetuada com periodicidade mensal a fim de diagnosticar eventuais pendências.

Escrituração Fiscal Digital

A Entidade enviou as informações contábeis e fiscais do período de apuração de 01/01/2016 a 31/12/2016 por meio de arquivos eletrônicos via o sistema denominado Sped - Sistema Público de Escrituração Digital — Receita Federal. O arquivo contábil ECD – Escrituração Contábil Digital foi enviado em 31/05/2017 e o arquivo ECF – Escrituração Fiscal - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica enviado em 28/07/2017.

Folha de Pagamento e Provisões de Férias e de 13º Salário

A Entidade possui controles e relatórios analíticos que permitem o acompanhamento individualizado dos cálculos da folha mensal de salários bem como das provisões de férias e de 13º salários com seus respectivos encargos.

Envio de Declarações Anuais

A RAIS – Relação Anual de Informações Sociais do ano-base 2016 foi entregue em 10/03/2017.

A DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte do ano-calendário 2016 foi entregue em 20/02/2017.